

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA
  - 1.1 – 19ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
  - 2.1 – Plenário
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 5 – ERRATAS



## ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/3/2017

### Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.041 e 4.094 a 4.100/2017 – Requerimentos nºs 6.576 a 6.609/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública e de Educação e do deputado Durval Ângelo – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Geraldo Pimenta e da deputada Marília Campos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Registro de Presença – Questões de Ordem – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

### Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

**PROJETO DE LEI Nº 4.041/2017**

Reconhece o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos Circuitos Turísticos do estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam reconhecidos o relevante interesse coletivo, a importância econômica e social e a utilidade pública dos Circuitos Históricos de Minas Gerais, com a devida certificação por parte da Secretaria de Estado de Turismo ou por outro órgão que a equivalha.

Parágrafo único - Parágrafo Único. A declaração de utilidade pública de cada unidade autônoma e dotada de personalidade jurídica própria dos Circuitos Turísticos far-se-á por lei específica, nos termos da lei 12,972, de 27 de julho de 1998.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2017.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

2º-Vice-Presidente

**Justificação:** O Decreto Lei 43.321, de 08 de junho de 2003 que institucionalizou os Circuitos Turísticos no estado, definiu conceitualmente que, “Circuito Turístico é um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sócias e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional”.

No Brasil, a organização dos municípios para a atividade turística tem ocorrido de forma espontânea e informal, sem planos, diretrizes ou estratégias definidas. Geralmente a organização dos “circuitos” que na verdade são roteiros, fica a cargo das agências de turismo que reúnem os diversos atrativos de municípios vizinhos, formatam um pacote e oferecem aos turistas.

A denominação dos “Circuitos” vem da tradução da palavra francesa “Tour”. Segundo Manoel Costa em artigo publicado através da Federação Nacional do Comércio (2002) “Na realidade, o turista deveria ser chamado no Brasil de ”circuitista ou circundista” e não turista. O tour é exatamente um circuito, porém não os implementamos de forma racional a fim de promover a integração de diversos atrativos em uma determinada região e prender o turista para uma estada maior.”.

A percepção que temos é de que, os circuitos compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são forte elemento de sedução para o viajante, além da identidade entre

os municípios que se consorciam para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com consequente geração de emprego e renda.

Os circuitos turísticos são formas de organização social, onde o papel da iniciativa privada é fundamental, embora necessite da participação efetiva do poder público, nas três esferas, municipal, estadual e federal.

A ação dos municípios, de forma geral, tem sido sempre isolada. O que pretendemos com esse Projeto de Lei, é criarmos uma nova consciência, mais integrada e compartilhada.

Desejamos também, incentivar a articulação de uma política pública que seja capaz de fomentar o desenvolvimento do turismo em todo estado, com a participação de todos os atores ligados à atividade turística.

É nesse sentido senhor presidente e senhores deputados, que estamos imaginando poder reconhecer os Circuitos Turísticos que são certificados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, como sendo de utilidade pública afim de que cada Circuito Turístico desse estado possa contar com o apoio dos entes públicos.

Por todo o exposto, solicito aos meus nobres pares, o necessário apoio para sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.094/2017**

Torna obrigatório a inclusão da nomenclatura Engenheiro, nos casos em que especifica e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica obrigatória a sociedade empresária, localizada no no Estado de Minas Gerais a proceder a retificação e aditamento no registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do empregado que requerer, por escrito, seja inserido a nomenclatura engenheiro, conforme disposto no § 1º, § 2º e § 3º, desta Lei.

§ 1º – A retificação no registro na CTPS pelo empregador somente ocorrerá quando o empregado foi contratado inicialmente como: analista, técnico, auxiliar, calculista, gerente de contratos, gerente de obras, inspetor de qualidade de obras, orçamentista, sanitarista, analista estrutural, analista de controle de qualidade, projetista e outros, sendo que ao se formar no curso de engenharia e atuar nas atividades da empresa como engenheiro poderá ter nova qualificação profissional na carteira de trabalho.

§ 2º – O empregado contratado e registrado no CREA poderá apresentar a cópia do diploma em curso superior de engenharia autenticado ao empregador e solicitar o devido registro na CTPS do termo engenheiro.

§ 3º – O empregador atendendo pedido do empregado deverá acrescentar imediatamente o termo engenheiro na CTPS nas atividades descritas no §1º quando o funcionário atuar em alguma das áreas específicas do ramo de engenharia e passará a denominar-se:

I – engenheiro analista.

II – engenheiro técnico.

III – engenheiro auxiliar.

IV – engenheiro calculista.

V – engenheiro sanitarista.

VI – engenheiro projetista.

VII – engenheiro orçamentista.

VIII – engenheiro gerente de obras.

IX – engenheiro gerente de contratos.

X – engenheiro inspetor de qualidade.

XI – engenheiro supervisor.

XII – outros ramos da engenharia, conforme especificações do CONFEA.

Art. 2º – A sociedade empresária que infringir dispositivo previsto no art. 1º desta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – advertência: na primeira autuação, a sociedade empresária será notificada para que efetue a regularização da pendência em até 10 (dez) dias úteis;

II – multa: persistindo a infração, será aplicada multa no valor de 1.000 UFEMG, e persistindo a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias, aplicar-se a multa em três vezes o seu valor;

III – interdição: se, após 30 (trinta) dias úteis da aplicação da multa, se persistir a infração, o Estado procederá à interdição do estabelecimento até que seja procedido os devidos registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do empregado, ora engenheiro, conforme previsto art. 1º desta Lei.

Art. 3º – As sociedades empresárias terão um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Lei, para proceder o devido registros na CTPS, conforme descrito no art. 1º desta Lei.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2017.

Deputado Léo Portela – PRB

Justificação: Trata-se de um Projeto de Lei para proteger os bacharéis da engenharia, que não tem o registro na CTPS da nomenclatura ENGENHEIRO, quando contratados por sociedades empresárias. É certo que, após conclusão de curso superior em engenharia, verifica-se que há omissão do empregador que burla a realidade fática dos empregados no registro da carteira de trabalho, com a manutenção e uso indevido de outras nomenclaturas, diverso de engenheiro nas anotações da CTPS, quando passam a atuar como engenheiros em face da nova qualificação profissional.

Conforme o art. 5.º da Constituição Federal, o inciso XIII estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A profissão de engenharia exige uma qualificação especial do empregado e é uma atividade de profundo impacto na sociedade do ponto de vista da segurança física das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente, torna-se necessário ser prestigiada com status deste profissional e o registro aditivo na CTPS, em caráter simbólico da nomenclatura, o que se faz necessário.

A Engenharia era atividade livre dos leigos no Brasil até 1828, quando um Decreto Imperial definiu as primeiras exigências para a elaboração de projetos e trabalhos de construtor. O Decreto 23.569, 11 de dezembro de 1933 foi o primeiro instrumento legal que regulamentou a profissão de Engenheiro. Também, criou os CREA's – Conselhos Regionais de Engenharia e o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia com a responsabilidade de fiscalizar esta atividade.

Em 24 de dezembro de 1966 foi promulgada a Lei 5.194, que regulamentou a profissão de engenheiro e que está ainda em vigor no qual demonstra a necessidade da responsabilidade técnica na engenharia, com o vínculo entre o engenheiro responsável e a atividade de engenharia, conforme previsto na Lei Federal n.º 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que disciplina o tema.

A Resolução nº 205 de 30 de setembro de 1971, emanada do CONFEA regulamenta o Código de Ética e tem como princípios fundamentais dos Engenheiros, dentre os quais: que devem manter e melhorar a integridade, honra e dignidade da profissão; usar seu conhecimento e habilidade para o avanço do bem-estar da humanidade; ser honesto e imparcial, servir fielmente o público, seus empregadores e clientes; esforçar-se para aumentar a competência e prestígio da profissão; zelar pela segurança, saúde e bem-estar do público durante a execução de suas tarefas profissionais; fazer serviços apenas nas áreas de sua competência; fazer declarações públicas somente de maneira objetiva e confiável, com diversas outras atribuições.

A Resolução nº 48/76 do Conselho Federal de Educação define o conteúdo, duração e currículo dos cursos de graduação em engenharia bem como as suas áreas de habilitação. A decisão normativa n.º 013, de 07 de abril de 1984 dispõe sobre a correlação entre as matérias profissionalizantes dos currículos das áreas da engenharia. Logo, estas atividades de engenharia exercidas por bacharéis, com capacidades específicas tem o direito a aprovação deste projeto. Se busca fazer Justiça, com o acréscimo no registro de sua CTPS, o uso da nomenclatura engenheiro, junto ao cargo inicialmente contratado, o que prestigiará a profissão desempenhada, conforme noticiado.

O objetivo é adequar-se a realidade profissional do bacharel de engenharia a realidade fática quando desempenha as atividades profissionais, com atribuições próprias de engenharia e faz jus ao registro devido de engenheiro por constituir medida eficaz para mudar essa triste realidade do desprestígio ou desrespeito ao profissional da engenharia, que após conclusão de curso superior em engenharia, mas de forma dissimulada não tem esta realidade funcional atualizada na carteira de trabalho, com prejuízo histórico ao profissional da Engenharia.

Portanto, com a visão de defender a profissão dos engenheiros, a vida destes trabalhadores, nós através de abaixo-assinado, apresentamos este projeto de lei municipal para regularizar e adequar o exercício da atividade do profissional de engenharia com o cargo que ocupa na empresa capaz de proteger a vida destes trabalhadores, sendo a engenharia e o registro na CTPS um motivo de valorização profissional.

Nota-se que o presente Projeto de Lei tem total respaldo constitucional. No mérito, a proposta atende a um reclamo generalizado dos trabalhadores da engenharia, que após adquirirem a qualificação profissional e exercerem as atribuições de engenharia, não tem em suas CTPS, o acréscimo da nomenclatura ENGENHEIRO, o que não condiz com a verdade entre o registrado inicialmente e a nova atividade prática que desempenha, com a formação superior.

Conclusão.

O disposto nos artigos do presente projeto atende a regras de cautela absolutamente racionais e de salvaguarda aos interesses dos engenheiros e do público em geral pelo que se espera a tramitação regulamentar e, ao final, a aprovação.

Assim esse projeto, se aprovado, contribuirá para valorizar a carreira dos engenheiros que exercem funções específicas em empresas, com atribuições próprias e após formarem-se, quando não tem em suas CTPS o registro do termo simbólico de ENGENHEIRO deverá o empregador adequar-se a realidade da nova qualificação deste profissional, que motivará o mercado de trabalho demonstrar que os engenheiros tem seu devido papel de importância para a sociedade e segurança das pessoas.

Isto posto, conto com o apoio do nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.095/2017**

Declara de utilidade pública a entidade Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais de Pedra Preta, no município de Minas Novas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Pedra Preta - AQPP, com sede no município de Minas Novas.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2017.

Deputado Tiago Ulisses

#### **JUSTIFICAÇÃO:**

A Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Pedra Preta, com sede em Minas Novas, tem por objetivo melhorar as condições sócio-econômicas, culturais e Educativas, bem como a montagem e execução de serviços de rádio difusão comunitária por meio de uma rádio comunitária rural. A AQPP se propõe também a promover o desenvolvimento de atividades que contribuam para erradicar o racismo, a discriminação e o preconceito racial, com vistas a promover o exercício da cidadania, entre outros. De acordo com documentação em anexo, a entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto como acima exposto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.096/2017**

Declara de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural Rio Preto, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural Rio Preto, com sede no Município de Unai.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de março de 2017.

Deputado Bosco - PT DO B

Vice-Líder do Governo

**Justificação:** A Fundação Educativa e Cultural Rio Preto foi fundada em 06 de janeiro do ano 2000, sediada no município de Unai-MG, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, tendo finalidade educacional e cultural, apolítica, sem distinção de raça, cor, posição social ou religião entre seus membros.

Tem por finalidades executar os serviços de radiodifusão educativa de sons e imagens, com intuito exclusivamente educativo e cultural; executar os serviços especiais de retransmissão ou distribuição de sinais de televisão em regime simultâneo, não simultâneo ou misto, atendendo os objetivos de implantação de serviços comunitários informativos e de programas de interesse da comunidade; produzir, divulgar e veicular programas de interesse das comunidades regionais, preservando o folclore e as tradições populares da região; produzir e veicular informativos jornalísticos e programas que abordem temas de interesse da comunidade; estabelecer produzir e veicular, por meio de contratos com emissoras de radiodifusão, programas culturais, informativos e educativos, documentários, peças publicitárias, shows e vídeos institucionais.

Além de oportunizar eventos culturais como exposições, festivais, espetáculos teatrais, espetáculos de dança, espetáculos de música, a fundação visa sempre a manutenção dos valores educacionais e culturais da região.

Seu estatuto dispõe sobre a destinação do patrimônio para entidade com fins congêneres no caso de sua dissolução e está devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. A entidade desenvolve suas atividades, ininterruptamente, há mais de um ano e sua diretoria é constituída por pessoas idôneas que exercem atividades voluntárias.

Por esses motivos acima expostos, a Fundação apresenta-se como importante e benéfico ícone em sua região de atuação, sendo, assim, merecedora do título de utilidade pública estadual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.097/2017**

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Ponte Alta, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Ponte Alta, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2017.

Deputado Leonídio Bouças - PMDB

**Justificação:** A Associação dos Pequenos Produtores de Ponte Alta, com sede no Município de Coromandel, é uma entidade filantrópica, que tem como objetivo melhorar as condições de vida de seus associados, notadamente nos assuntos relacionados às técnicas de produção e manejo, mercado e preços de seus produtos.

A entidade, devidamente registada no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Coromandel, está em pleno e regular funcionamento, desde 09 de abril de 2013, registre-se, cumprindo suas finalidades estatutárias. Sua diretoria é composta por pessoas idôneas, e a entidade não remunera sócios ou diretores, conforme atesta o Presidente da Câmara Municipal de Coromandel, Vereador Daniel Flávio Carneiro Cruvinel.

Diante do exposto, preenchidas as condições para que seja declarada de utilidade pública, espera-se o apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.098/2017**

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2017.

Deputado Leonídio Bouças - PMDB

Justificação: A Associação dos Pequenos Produtores de Arcos, com sede em Coromandel-MG, é uma entidade filantrópica, que tem como objetivo melhorar as condições de vida de seus associados, notadamente nos assuntos relacionados às técnicas de produção e manejo, mercado e preços de seus produtos.

A entidade, devidamente registrada no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Coromandel, está em pleno e regular funcionamento, desde 27 de dezembro de 2012, registre-se, cumprindo suas finalidades estatutárias. Sua diretoria é composta por pessoas idôneas, e a entidade não remunera sócios ou diretores, conforme atesta o Presidente da Câmara de Coromandel, Vereador Daniel Flávio Carneiro Cruvinel.

Diante do exposto, preenchidas as condições para que seja declarada de utilidade pública, espera-se o apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposição.

Deputado Leonídio Bouças.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.099/2017**

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Coqueiros, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Coqueiros, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de fevereiro de 2017.

Deputado Leonídio Bouças - PMDB

**Justificação:** A Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Coqueiros, com sede em Coromandel-MG, é uma entidade filantrópica, que tem como objetivo melhorar as condições de vida de seus associados, notadamente nos assuntos relacionados às técnicas de produção e manejo, mercado e preços de seus produtos.

A entidade, devidamente registrada no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Coromandel, está em pleno e regular funcionamento, desde 07 de julho de 2000, registre-se, cumprindo suas finalidades estatutárias. Sua diretoria é composta por pessoas idôneas, e a entidade não remunera sócios ou diretores, conforme atesta o Presidente da Câmara de Coromandel, Vereador Daniel Flávio Carneiro Cruvinel.

Diante do exposto, preenchidas as condições para que seja declarada de utilidade pública, espera-se o apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposição.

Deputado Leonídio Bouças.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 4.100/2017**

Altera a Lei n20799 de 25 de julho de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O artigo 2º da Lei 20799/2013 passa a ter a seguinte redação: "Art. 2º - O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de dez anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2017.

Deputado Gustavo Valadares – PSDB

Líder da Minoria

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 6.576/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Rede Minas pela premiação no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo, com a matéria *Startups: indústria criativa*, realizada por Renata Marques, Renato Prado, Bruna Cervidani, Michel Campolina e William Félix. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.577/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer a inserção nos anais da Casa do documento com a posição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais denunciando a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães pela Polícia Federal, em 21/3/2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.578/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Rádio Inconfidência pela premiação no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo, com a reportagem *Sem crise! Empreendedores cavaram oportunidades*, realizada por Verônica Pimenta. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.579/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao neurologista clínico Rodrigo Santiago Gomez, por sua trajetória profissional. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.580/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Empresa Mineira de Comunicação pelas premiações da Rede Minas e da Rádio Inconfidência, nas categorias TV e Rádio, no 5º Prêmio CDL de Belo Horizonte de Jornalismo. (– À Comissão de Transporte.)

### REQUERIMENTO Nº 6.581/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Polícia Militar de Minas Gerais pela atuação no jogo Cruzeiro x Atlético realizado no dia 01 de fevereiro de 2017.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Polícia Militar na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** Entregar no gabinete do Deputado Anselmo José Domingos.

– À Comissão de Segurança Pública.

**REQUERIMENTO Nº 6.582/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop pedido de providências para retomada imediata da obra da bacia do Corrego do Ferrugem, no município de Contagem, uma vez que a obra finalizada poderá evitar as inundações da avenida Tereza Cristina.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.583/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado ao Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para o recapeamento da Avenida Tereza Cristina, entre os bairros Madre Gertrudes e Betânia.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** O requerimento solicitando o recapeamento deste trecho da avenida Tereza Cristina se faz necessário em virtude do péssimo estado de conservação, sendo que as devidas providências tomadas irão contribuir para melhoria do tráfego de veículos e conseqüentemente a redução no número de acidentes na via.

Nestes termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.584/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para recapeamento da avenida Tereza Cristina, de forma a sanar de maneira urgente, todos os trechos afetados pela forte chuva da madrugada do dia 19 de março de 2017 .

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.585/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado a Via 040 em Nova Lima pedido de providências para implantação de pista de ciclista na MG-356 / BR-040 entre o BH Shopping em Belo Horizonte ao trevo de acesso ao condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses em Nova Lima aos sábados e domingos.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Justificação: Atualmente, um grande número de ciclistas utilizam a rota MG-356 / BR-040 entre o BH Shopping em Belo Horizonte e o trevo de acesso do condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses em Nova Lima no finais de semana, porém, o local não oferece a sinalização adequada, tornando extremamente perigoso para aqueles que se utilizam da bicicleta como transporte ou para a prática do esporte.

Como sugestão, a implantação poderia ocorrer pela utilização do acostamento da pista aos finais de semana, o que iria humanizar o uso da via.

Diante do exposto, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.586/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para reinstalação de dois redutores de velocidade que foram retirados da avenida Tereza Cristina, sendo um nas proximidades do bairro Jardim Industrial e o outro na vila São Paulo, ambos em contagem.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** O nosso requerimento se justifica pelo fato de ambos os redutores de velocidade que foram retirados, são de extrema importância para os locais que necessitam da redução de velocidade, diminuindo assim o risco de acidentes.

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.587/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado a Transcon em Contagem pedido de providências para abertura da rua que faz a ligação entre a avenida Tereza Cristina com a rua Dom João dos Santos no bairro Jardim Industrial no município de Contagem, tendo assim os motoristas acesso mais ágil a avenida Tito Fulgêncio.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.588/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para manutenção do Centro Cultural Lindéia/Regina, através das seguintes ações: renovação do piso na sala de dança; cobertura do estacionamento que é utilizado como pista de caminhada; pintura e recomposição da textura das paredes externas; capina.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.589/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado a Autopista Fernão Dias em Pouso Alegre pedido de providências para instalação de um redutor de velocidade na marginal do km 566/567 - sentido Belo Horizonte - da BR-381, no município de Itaguara, uma vez que, em virtude da alta velocidade, está ocorrendo acidentes entre os veículos que trafegam na rodovia a acessam a marginal ao se depararem com carros no entrocamento com a rua Calisto.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.590/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para seja dado inicio na obra de alargamento da rua das Perpétuas no bairro Lindéia, uma vez que a mesma foi aprovada pelo orçamento participativo.

Sala das Reuniões, 23 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.591/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop pedido de providências para que seja agilizado o assentamento das famílias afetadas pela obra da bacia do Corrego do Ferrugem, no município de Contagem, acelerando assim a continuidade da obra.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.592/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans pedido de providências para implementação de semáforo no cruzamento da avenida Flor de Seda e Rua das Perpétuas no bairro Lindéia.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** A implementação de semáforo no local indicado se justifica pelo fato de ser um cruzamento de intenso trânsito de veículos e pedestres, ocorrendo assim constantes acidentes pela falta de sinalização adequada.

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.593/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Via 040 em Nova Lima pedido de providências para agilizar a implantação do trevo de Moeda, na BR-040.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.594/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para limpeza e manutenção da praça Maria Tertuliana, localizada no cruzamento da avenida Flor de Seda e rua Antônio Celestino de Oliveira, no bairro Lindéia.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.595/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'e', do Regimento Interno, seja encaminhado ao Diretor Superintendente da Autopista Fernão Dias em Pouso Alegre pedido de informações sobre o PAE - Plano de Ação Emergencial, da rodovia Fernão Dias.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** O pedido de informação se faz necessário para tomarmos conhecimento de como a empresa pretende atuar em casos de emergências da rodovia Fernão Dias, tais como interdições, acidentes, desvios e outros.

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.596/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para implementação da 4ª equipe de saúde no centro de saúde do bairro Regina, uma vez que as atuais equipes estão sobrecarregadas, obtendo dificuldades em prestarem um serviço de qualidade.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Saúde.

**REQUERIMENTO Nº 6.597/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado a Prefeitura Municipal de Contagem pedido de providências para o recapeamento da Avenida Tito Fulgêncio, no município de Contagem.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** O requerimento solicitando o recapeamento da Avenida Tito Fulgêncio no município de Contagem, se faz necessário em virtude do péssimo estado de conservação da via, sendo que as devidas providências tomadas irão contribuir para melhoria do tráfego de veículos e conseqüentemente a redução no número de acidentes no local.

Nestes termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.598/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para ampliação da oferta de oficinas e atrações artístico / culturais no Centro Cultural Lindéia - Regina, sendo esta uma demanda recorrente da comunidade.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Cultura.

**REQUERIMENTO Nº 6.599/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado a Transcon em Contagem pedido de providências para revitalização da sinalização de trânsito da Avenida Tito Fulgêncio.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** A Avenida Tito Fulgêncio localizada no município de Contagem, possui um intenso tráfego de veículos, o que gera um grande desgaste na sinalização de trânsito, sendo necessário a revitalização da mesma com o objetivo de trazer segurança aos pedestres e veículos que ali circulam.

Nestes termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.600/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado a Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG pedido de providências para a retomada imediata da obra de construção da Delegacia de Polícia Civil no bairro Regina em Belo Horizonte, uma vez que a mesma foi interrompida há 02 (dois) anos, e não obstante, o imóvel onde a delegacia atualmente está não possui as condições adequadas para funcionamento da unidade.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

– À Comissão de Segurança Pública.

**REQUERIMENTO Nº 6.601/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado a Transcon em Contagem pedido de providências para revisão das conversões à esquerda e implementação de retornos na Avenida Tito Fulgêncio no sentido Barreiro-BH / Contagem, uma vez que do modo como se encontram atualmente causam grandes congestionamentos nos locais .

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

**Justificação:** A avenida Tito Fulgêncio no sentido Barreiro-BH / Contagem possui algumas conversões à esquerda e retornos, que da maneira que estão implementados causam congestionamentos, prejudicando o tráfego de veículos na via. Um estudo deve ser realizado na avenida, buscando alternativas que visam coibir a retenção do tráfego de veículos no local.

Nestes termos, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

**REQUERIMENTO Nº 6.602/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, 'a', do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG pedido de providências para que haja patrulhamento de policiais no entorno das escolas Estaduais e Municipais dos bairros Lindéia e Regina, nos horários de entrada e saída dos alunos.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos - PTC

– À Comissão de Segurança Pública.

**REQUERIMENTO Nº 6.603/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT pedido de providências para implantação de pista de ciclista na MG-356 / BR-040 entre o BH Shopping em Belo Horizonte ao trevo de acesso ao condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses em Nova Lima aos sábados e domingos.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Anselmo José Domingos – PTC

Justificação: Atualmente, um grande número de ciclistas utilizam a rota MG-356 / BR-040 entre o BH Shopping em Belo Horizonte e o trevo de acesso do condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses em Nova Lima no finais de semana, porém, o local não oferece a sinalização adequada, tornando extremamente perigoso para aqueles que se utilizam da bicicleta como transporte ou para a prática do esporte.

Como sugestão, a implantação poderia ocorrer pela utilização do acostamento da pista aos finais de semana, o que iria humanizar o uso da via.

Diante do exposto, conto com a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Transporte.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.604/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela ação ostensiva de combate a criminalidade realizada no Bairro São Jorge, nesta Capital, em 09/03/2017, onde apreenderam material explosivo que supostamente seria lançado nas guarnições ou na sede da 125 Cia/PM.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da PMMG, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte – MG e ao Comandante do 22 BATALHAO DE POLICIA MILITAR/1 RPM na AV ARTUR BERNARDES , 01337 - SANTA LUCIA - Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Justificação: Diante da operação descrita acima, REDS 2017-005186017-001, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Lista de Policiais Militares:

- 3 Sgt Claudio Marcio Lima Bicalho Silva;

- Cabo Vilmar Apolinário Damasceno;

- Soldado Roberto Francisco Macario.

– À Comissão de Segurança Pública.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.605/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Rodoviários Federais pela operação que culminou na prisão de dois homens que transportavam armas e munição de uso restrito das Forças Armadas. Durante fiscalização de rotina, em 22/03/2017, no Município de Betim, os agentes encontraram, no veículo abordado, quatro pistolas Glock 9 mm e 1785 balas para fuzil calibre 7,62.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, na Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício sede. Cep: 70064-900 / Brasília-DF e ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal na BR 116, Km 768, Leopoldina/MG - 36700-000.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Justificação: Assim, diante da ação descrita acima, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Segurança Pública.

### **REQUERIMENTO Nº 6.606/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela ação de repreensão ao crime no Bairro Vila Esportiva, no Município de Vespasiano, onde, na data de 17/03/2017, compareceram após receberem informações quanto a existência de conflitos entre organizações envolvidas com tráfico de drogas. Foram informados ainda, pelos próprios moradores da região, que indivíduos fortemente armados estariam em uma das ruas do Aglomerado, os quais, após desobedecerem ordem para que largassem as armas de fogo, atiraram contra os Policiais Militares, que revidaram a agressão.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da PMMG, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte – MG e ao Comandante do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas/CPE na AVENIDA DO CONTORNO , 00777 - COLEGIO BATISTA - Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Justificação: Assim, diante do exposto, conforme REDS 2017-005803265-002, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

Lista dos Policiais Militares:

- Major Othon Flavio de Souza Jacome;
- 3 Sgt Cláudio Catarino de Araújo;
- Coronel Schubert Siqueira Campos;
- 3 Sgt Marcos José dos Santos Almeida;
- 3 Sgt Dawison de Oliveira;
- 3 Sgt Lucas Batistelle Gregorio Diniz;
- Cabo Rafael Gama da Silva;
- Cabo Edgar de Melo Moreira;
- Soldado Douglas Bedim Van de Pol;
- 3 Sgt Marcus Tulio Germano;
- Capitão Bruno Simpson de Paula;
- Cabo Luiz Fabio Dias Moreira;
- Cabo Igor Alexander Valadares Schumacher.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cabo Júlio. Anexe-se ao Requerimento nº 6.560/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

**REQUERIMENTO Nº 6.607/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado e à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig pedido de providências para inclusão dos municípios de João Pinheiro, Paracatu e Unaí no Projeto de Integração Regional de Minas Gerais (PIRMA) – Modal Aéreo.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2017.

Deputado Bosco – PT DO B

Vice-Líder do Governo

Justificação: O Voe Minas Gerais, Projeto de Integração Regional de Minas Gerais – Modal Aéreo, é uma iniciativa da Codemig, em parceria com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, SETOP, para promover o desenvolvimento econômico regionalizado. O projeto visa fomentar os negócios regionais, desenvolver o turismo e facilitar o deslocamento de moradores do interior a Belo Horizonte, permitindo que tenham acesso rápido a eventos e serviços disponíveis na capital. Para Minas Gerais, que possui uma área total de quase 600 mil quilômetros quadrados, o investimento na regionalização por meio do transporte aéreo é estratégico e indispensável para atender a meta de redução das desigualdades nos 17 territórios de desenvolvimento criados pelo Governo do Estado.

O incremento de investimentos na infraestrutura dos Aeroportos Regionais, tanto em instalações físicas quanto em equipamentos, é necessário e requer ações imediatas, visto que a alavancagem de investimentos em infraestrutura é fundamental para que o Estado de Minas Gerais que, há mais de uma década permanece estagnado em sua participação na composição do Produto Interno Brasileiro (PIB), volte a crescer, fixando empresas e mão-de-obra qualificada. Isso passa, dentre outras medidas necessárias, pela reestruturação da rede de aviação regional, com expansão da oferta de transporte.

Atualmente, o projeto atende os municípios de Almenara, Araxá, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Juiz de Fora, Lavras, Manhuaçu, Muriaé, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova, Pouso Alegre, São João del-Rei, Teófilo Otoni, Ubá, Varginha e Viçosa.

A inclusão dos municípios de João Pinheiro, Paracatu e Unaí justifica-se no intuito de otimizar a atual demanda de rotas para o Noroeste de Minas, uma vez que a defasagem de voos para a região compromete diretamente o desenvolvimento do território, que é reconhecido nacionalmente por seu expressivo potencial econômico e por sua forte atuação nas atividades de agropecuária e mineração.

Ante o exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação da presente proposição.

– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

**REQUERIMENTO Nº 6.608/2017**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Deputado Federal, Sr. Rodrigo Pacheco por assumir recentemente a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Deputado Rodrigo Pacheco na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados Gabinete: 510 - Anexo: IV CEP: 70160-900 - Brasília - DF.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2017.

Deputado Roberto Andrade – PSB

– À Comissão de Administração Pública.

### REQUERIMENTO Nº 6.609/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas e os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhada a presente MOÇÃO ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Rodrigo Maia, e ao presidente do Senado Federal, senador Eunício Oliveira, em protesto contra a reforma da previdência contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que, sem o necessário diálogo com a sociedade brasileira, desgasta direitos sociais duramente conquistados em 1988.

JUSTIFICAÇÃO: A matéria que deu origem à PEC nº 287/2016 e que claramente desgasta os direitos sociais consagrados na Constituição Federal chegou ao Congresso Nacional com a alegação de que há rombos tais no caixa da Previdência Social que, se não se modificar o regramento atual, ficará comprometido em futuro próximo inclusive o benefício da aposentadoria. Não foram, contudo, apresentadas provas bastantes para justificar a mencionada alegação. Antes que se sacrifiquem açodadamente direitos duramente conquistados em 1988, faz-se necessário abrir as contas da Previdência Social, discutir amplamente a provável utilização indevida de seus recursos, avaliar e corrigir eventuais desacertos de gestão ocorridos ao longo dos anos e ouvir o povo brasileiro acerca das alterações que se mostrarem, ao final, impositivas. Lembre-se que os direitos sociais constitutivos da Previdência Social compõem, a par da Saúde e da Assistência Social, o sistema da Seguridade Social, um dos capítulos nucleares da Constituição que permitiu denominar-se Cidadã exatamente em razão de se oferecer como suporte para a construção de uma sociedade de amplos e iguais direitos para todos os brasileiros. Que esses direitos não se percam, antes se revitalizem e sejam efetivamente garantidos.

Sala das Reuniões, 16 de março de 2017.

Deputado Adalclever Lopes – PMDB

Deputado Agostinho Patrus Filho – PV

Deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT

Deputado André Quintão – PT

Deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB

Deputado Antônio Jorge – PPS

Deputado Arnaldo Silva – PR

Deputado Bosco – PT DO B

Deputado Carlos Henrique – PRB

Deputado Carlos Pimenta – PDT

Deputado Cássio Soares – PSD

Deputado Celinho do Sinttrocel – PC DO B

Deputada Celise Laviola – PMDB

Deputado Coronel Piccinini – PSB

Deputado Cristiano Silveira – PT

Deputado Dilzon Melo – PTB

Deputado Dirceu Ribeiro – PHS

Deputado Douglas Melo – PMDB

Deputado Doutor Jean Freire – PT

Deputado Doutor Wilson Batista – PSD  
Deputado Duarte Bechir – PSD  
Deputado Durval Ângelo – PT  
Deputado Elismar Prado – PDT  
Deputado Emidinho Madeira – PSB  
Deputado Fabiano Tolentino – PPS  
Deputado Fábio Avelar Oliveira – PT DO B  
Deputado Fábio Cherem – PSD  
Deputado Felipe Attiê – PTB  
Deputado Fred Costa – PEN  
Deputada Geisa Teixeira – PT  
Deputado Geraldo Pimenta – PC DO B  
Deputado Gilberto Abramo – PRB  
Deputado Glaycon Franco – PV  
Deputado Gustavo Santana – PR  
Deputado Hely Tarquínio – PV  
Deputado Inácio Franco – PV  
Deputada Ione Pinheiro – DEM  
Deputado Iran Barbosa – PMDB  
Deputado Isauro Calais – PMDB  
Deputado Ivair Nogueira – PMDB  
Deputado João Leite – PSDB  
Deputado João Magalhães – PMDB  
Deputado João Vítor Xavier – PSDB  
Deputado Lafayette de Andrada – PSD  
Deputado Léo Portela – PRB  
Deputado Leonídio Bouças – PMDB  
Deputada Marília Campos – PT  
Deputado Mário Henrique Caixa – PV  
Deputado Noraldino Júnior – PSC  
Deputado Nozinho – PDT  
Deputado Paulo Guedes – PT  
Deputado Roberto Andrade – PSB  
Deputado Rogério Correia – PT  
Deputada Rosângela Reis – PROS

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Deputado Tadeu Martins Leite – PMDB

Deputado Thiago Cota – PMDB

Deputado Ulysses Gomes – PT

Deputado Vanderlei Miranda – PMDB

– À Comissão do Trabalho.

#### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública e de Educação e do deputado Durval Ângelo.

#### **Oradores Inscritos**

– O deputado Geraldo Pimenta e a deputada Marília Campos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

##### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

##### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 22/3/2017, dos Requerimentos nºs 5.924/2016, da Comissão de Educação, 6.370/2017, do deputado Duarte Bechir, 6.437/2017, do deputado Douglas Melo, e 6.492 e 6.493/2017, do deputado Léo Portela;

e de Educação – aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 22/3/2017, dos Requerimentos nºs 6.215, 6.216 e 6.167/2016, da Comissão de Direitos Humanos, 6.183/2016, do deputado Duarte Bechir, 6.399/2017, da Comissão de Participação Popular, e 6.459/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.);

e pelo deputado Durval Ângelo, cujo teor foi publicado na edição anterior.

##### **Registro de Presença**

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do ilustre ex-presidente desta Assembleia Legislativa, nosso eterno amigo, Doutor Viana, conselheiro do Tribunal de Contas, que sempre está conosco. Muito obrigado, Doutor Viana. Sua presença é motivo de muita satisfação, porque V. Exa. sabe do carinho que todos os parlamentares têm por V. Exa. Muito obrigado pela visita.

##### **Questões de Ordem**

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de aproveitar este momento para cumprimentar o nosso conselheiro, Doutor Viana, ex-deputado, que sempre vem aqui nos visitar, e para registrar que hoje foi eleito o presidente da CCJ, da Câmara Federal, um mineiro, o deputado Rodrigo Pacheco. Trata-se de um grande jurista, um advogado de renome. É um prestígio para Minas Gerais, que esteve alijado dos importantes cargos no governo federal, neste governo e no governo anterior, da

então presidenta, esta nomeação. A eleição do Rodrigo nos traz uma alegria muito grande, porque sabemos que vamos ter nessa comissão uma pessoa séria, competente, do ramo. Os deputados de Minas Gerais vão ter as portas abertas, quando houver algum pleito ou alguma coisa de interesse nacional. Tenho certeza de que o deputado Rodrigo Pacheco, que é do partido do Tadeu e do Leonídio Bouças, que estão aqui presentes, fará um grande trabalho. Uso deste momento para cumprimentá-lo. Fiz ainda um requerimento à Assembleia, para que enviasse os votos de congratulações. E quero dizer que estamos satisfeitos e sentimos que todos os mineiros são prestigiados por ter o Rodrigo Pacheco como presidente da comissão. Muito obrigado.

O presidente – Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento, ratificando a nossa manifestação ao ilustre deputado Rodrigo Pacheco. Conhecemos o trabalho que o deputado já fez como advogado, trabalhando muito junto à nossa OAB, sendo conselheiro, um dos advogados expoentes da Justiça, do direito. E agora foi indicado por unanimidade para ocupar a presidência da importante Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional. Em meu nome e da presidência, quero congratular-me com esse grande mineiro, deputado Rodrigo Pacheco, pela sua indicação como presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

A deputada Marília Campos – Quero apenas informar a todos os deputados e deputadas que a nossa iniciativa em coordenar as assinaturas dos deputados e deputadas favoráveis à moção contrária à reforma da Previdência, que tramita na Câmara dos Deputados, já foi registrada para ser submetida a votação na Assembleia. Conseguimos 60 assinaturas, o que considero um sucesso. Queria agradecer a todos os deputados e deputadas que assinaram a moção, que, sem dúvida, sendo aprovada pela Casa, representará uma contribuição do Parlamento mineiro, posicionando-se contrário à reforma da Previdência, na expectativa de que possamos sensibilizar os deputados federais e senadores para que votem contra a reforma da Previdência, essa reforma que tem como objetivo reduzir direitos, dificultar o acesso à aposentadoria, às pensões, a todos os benefícios que são assegurados pela Previdência Social e também a redução dos valores dos benefícios. Quero agradecer aos deputados e às deputadas que assinaram e fazem parte dessa luta contra a reforma da Previdência. Obrigada.

O deputado Isauro Calais – Quero me dirigir aos nobres deputados e deputadas para dizer que assinei essa moção encampada pela deputada Marília Campos, moção que a maioria dos deputados assinou, contrária à reforma da Previdência. Nós, do PMBD, assinamos um manifesto coordenado pelo nosso líder João Magalhães, posicionando-nos contrariamente a ela, porque a reforma da Previdência veio para atender alguns segmentos do Brasil, sendo, portanto, contrária à maioria dos trabalhadores, já massacrados com essa carga de imposto que o Brasil tem. Somos o País com mais tributos do mundo, e agora vêm punir e sacrificar o cidadão brasileiro por desmando, incompetência e corrupção administrativa durante tantos anos. Posicionamo-nos contrariamente e somos favoráveis à manutenção do emprego e dos direitos já adquiridos pelo trabalhador brasileiro. Também quero demonstrar de forma clara o meu repúdio à votação de ontem, a da terceirização do serviço público no Brasil, nos estados e municípios. E quero alertar os deputados e deputadas desta Casa, presidente Dalmo: estão querendo dar mais um golpe no povo brasileiro. Ao contrário do senhor, presidente, que está na Assembleia Legislativa há alguns anos, dignificando o Parlamento e a política mineira, alguns deputados não têm coragem ou condição de colocar a cara na rua e pedir voto aos eleitores. Então, estão querendo se esconder atrás de uma lista fechada inoportuna, que, neste momento de turbulência e de descrédito da política brasileira, vai tirar do cidadão o direito de escolher o seu deputado estadual, o seu deputado federal e o seu vereador. Então, é preciso que os partidos representados nesta Casa se manifestem contrariamente a essa ação de alguns parlamentares que, por trás de uma lista fechada, querem esconder a corrupção, os desmandos e as falcaturas cometidas. É necessária a manifestação de todos nós. Deixo aqui o meu repúdio e vou pedir aos colegas do PMDB, esta bancada extraordinária, com 13 deputados nesta Casa, que cada um também se manifeste, para encaminharmos a Brasília o nosso repúdio a esse desejo de fazer com que o Brasil adote a lista fechada, tirando do cidadão brasileiro o direito de eleger o seu parlamentar. Deixo um forte abraço ao querido presidente Dalmo, desejando-lhe um bom trabalho nessa presidência e um bom final de semana.

O deputado Bosco – Caro deputado Dalmo Ribeiro Silva, na pessoa de quem cumprimento os demais deputados e deputadas da Casa e os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, suscito essa questão de ordem para fazer um agradecimento ao bloco a que pertenço nesta Casa e aos meus companheiros da Comissão de Cultura. Tive a grata satisfação de ser reconduzido à Comissão de Cultura, tão importante nesta Casa, e a felicidade e a honra de ter sido eleito por meus pares como presidente dessa comissão. Então, quero agradecer aos deputados Glaycon Franco, Rosângela Reis e Carlos Pimenta e ao deputado Elismar Prado, que assumiu a vice-presidência da comissão, por nos terem dado esse voto de confiança, para que possamos continuar conduzindo a comissão como presidente. Essa comissão, caro presidente Dalmo Ribeiro Silva, teve um trabalho bastante exaustivo, mas prazeroso, na discussão do Projeto de Lei nº 2.805, que cria o Plano Estadual de Cultural no nosso estado, que, entre os estados da Federação, é o único que ainda não possui esse plano, que pode nortear as ações do governo na área e valorizar a cultura, tão diversificada em Minas Gerais. Discutimos bastante esse plano e, com o apoio do nosso presidente Adalclever Lopes, tivemos condição de interiorizar essa discussão, promovendo 12 fóruns técnicos em todas as regiões do Estado. Discutimos com milhares de pessoas da sociedade civil, das quais recebemos uma contribuição extremamente importante, que, é claro, aliou-se ao apoio da consultoria técnica da comissão e da GPI desta Casa. Portanto, já estamos com o plano formatado na Comissão de Fiscalização Financeira e esperando parecer para vir ao Plenário. Teremos um grande momento nesta Casa, para a cultura de Minas Gerais, com a votação desse Plano Estadual de Cultura. Mas gostaria de registrar os meus agradecimentos e, acima de tudo, presidente Dalmo, reiterar a nossa disposição de participar dessa comissão e, junto com meus pares, fazer um grande trabalho pela cultura de Minas Gerais. Também quero parabenizar V. Exa. pela forma como vem conduzindo os trabalhos nas reuniões, sobretudo nas reuniões ordinárias. Muito obrigado.

O presidente – A presidência gostaria de parabenizar V. Exa. por sua recondução à presidência da Comissão de Cultura. Durante dois anos, acompanhamos o seu trabalho em todo o Estado de Minas Gerais e temos certeza de que V. Exa. dará continuação a esse grande projeto, defendendo a nossa cultura, esse bem tão precioso dos mineiros. Parabéns! Que Deus abençoe o seu trabalho nessa comissão.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 24, às 10 horas, e de segunda-feira, dia 27, às 19 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 27/3/2017, destinada a homenagear a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – pelos dois anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 24 de março de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.

 PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

## Discursos Proferidos em 21/3/2017

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha das galerias, boa tarde. Servidores do Ministério Público, parabéns pela mobilização; parabéns, ao sindicato dos servidores públicos.

É bom que os servidores estejam aqui acompanhando, para verem que nem tudo são flores neste Plenário e que manobras espúrias acontecem até mesmo contra os próprios pares desta Casa, aqui, na Assembleia.

Deputado Rogério Correia, V. Exa. é 1º-secretário e hoje preside a reunião. Como presidente, tem o dever de ser o guardião do Regimento Interno. Deixei de suscitar uma questão de ordem do Plenário para suscitá-la aqui da tribuna. Hoje mais cedo denunciei, na Comissão de Administração Pública, que há, deputado Antônio Jorge, uma tentativa de costurar o que alguns estão chamando de Acordo de Líderes, mas acho que essa expressão seria muito suave para isso. Na verdade, é uma maracutaia chamada de Acordo de Líderes. Infelizmente, não estamos vendo nem o presidente Adalclever nem o 1º-secretário tomarem uma posição contrária àquilo que vai ferir de morte o ato jurídico perfeito e acabado e a segurança jurídica do processo legislativo.

O deputado João Leite\* – Boa tarde, Sr. Presidente, deputados, telespectadores da TV Assembleia e servidores do Judiciário e do Ministério Público que lotam as galerias da Assembleia Legislativa neste momento, trazendo suas reivindicações e cobrando algo que é sagrado, já que data-base é lei. O País vive um momento de grande discussão dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, falando em aposentadoria e previdência, mas o conjunto vai além: há outros regulamentos que também são fundamentais para a trabalhadora e o trabalhador. Assim, queremos apoiar a iniciativa dos sindicatos e a luta de vocês, que é muito importante, pela manutenção dos direitos do trabalhador e da trabalhadora.

Também quero apoiar a luta do deputado Sargento Rodrigues, que é uma defesa intransigente do Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Rasgando-se o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tudo será possível; rasgado o Regimento Interno da Casa, a primeira vítima será a Minoria, a oposição, que, na democracia, é a representação mais forte do povo. É ela que fiscaliza os governos e os Poderes; é a representação popular que fiscaliza os Poderes. Então, na democracia, no momento em que temos, na Assembleia Legislativa, no Parlamento, esse traço autoritário que impede que requerimentos feitos anteriormente, de realização de audiências públicas e convites a autoridades, por exemplo, sejam cumpridos, estamos retirando da oposição, da Minoria na Assembleia Legislativa todo o poder de bem representar a população de Minas Gerais e os servidores dos diversos Poderes do Estado.

Portanto estamos vendo aqui a possibilidade de se abrir um buraco e jogar lá dentro os requerimentos, por exemplo, de visitas a unidades penais, que têm tudo a ver com o Ministério Público e o Judiciário, com o cumprimento das penas. Queremos saber. Pela primeira vez na história recente de Minas Gerais vemos uma possibilidade de fuga na segurança máxima. O governo mudou o diretor da Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria. Não sabia o governo que todos os diretores do governo anterior são certificados com curso superior de administração prisional. A Justiça sabe disso, assim como o Ministério Público e o Judiciário. Mas esse governo não sabe. Aí, troca-se alguém que estudou e se preparou para administrar especialmente uma unidade de segurança máxima, onde estão o Comando Vermelho e o PCC.

E nós, então, vamos agora enterrar o requerimento de visita à Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria. Aí, interessa a quem? É para visitar o preso? Não. Interessa à Comissão de Segurança Pública saber se o cumprimento da pena está correto, se as pessoas que cometeram crimes estão lá cumprindo penas, uma vez que a Justiça determinou, o Ministério Público acusou e houve defesa, e se a população que se encontra no entorno e fora da unidade penal está em segurança diante de tudo aquilo

que vemos e estamos acompanhando no País com essas facções que dominam as penitenciárias hoje. O que quer a Assembleia Legislativa? Enterrar requerimento de visita às unidades penais.

Interessa saber algo que vocês conhecem bem. Como está a execução da pena? Como está a segurança da população no entorno das unidades penais? Eu, com os meus colegas na Assembleia, sou autor de uma lei que só permite a construção de unidade penal com parecer prévio do Ministério Público e do Judiciário quanto à capacidade e à localização. Muita gente gosta de dizer: “Todo o mundo quer que prenda, mas não quer cadeia perto de casa”. E está certo. Cadeia, penitenciária não é para ficar perto da casa das pessoas, porque é um equipamento que, em algum momento, traz insegurança para quem vive perto. Por que o aeroporto tem sítio aeroportuário? Porque também é uma atividade de risco para a população. Por que tem de haver um sítio em volta de uma unidade de segurança? Porque, para a população, é inseguro.

Então, agora vemos aqui esse governo, com esse traço autoritário e mais terrível de querer enterrar requerimentos. Nunca vi isso. Estou no sexto mandato na Assembleia Legislativa e já tinha visto de tudo. Mas um requerimento de um deputado, uma emenda a um projeto... Um deputado apresenta uma emenda aqui. Para o projeto ser votado sem a emenda, o deputado tem de retirá-la. “Ah, vamos para a barbárie. Pode qualquer coisa.” Tenho uma emenda em favor da data-base do servidor do Judiciário e do Ministério Público, mas vem um líder e a retira. Então, fecha-se a Assembleia Legislativa, vamos para casa e todos aceitaremos a ditadura de uma maioria na Casa.

Vejo aqui o deputado Carlos Pimenta, médico, com o deputado Doutor Wilson Batista, da saúde. Sei da quantidade de requerimentos na saúde que não foram cumpridos. Está lá o da febre amarela. Estamos exportando febre amarela para o Estado do Rio de Janeiro, que agora está apavorado. Já são mais de 100 mortes por febre amarela em Minas Gerais. É lamentável essa iniciativa de líderes na Assembleia Legislativa de enterrar os requerimentos das Comissões de Saúde, de Segurança Pública e de Agropecuária e Agroindústria num momento em que todos estamos desconfiados daquilo de que estamos nos alimentando.

Todo o povo mineiro está preocupado.

Então, enterram-se esses requerimentos. E qual é a razão disso? Só porque são requerimentos da oposição? São requerimentos que, de alguma forma, vão trazer desconforto para o governo? Mas não é assim que é organizada a democracia no mundo? Ora, a Minoria tem de ter voz; a oposição tem de ter voz, que tem de ser respeitada e resguardada. Assim, estamos resguardando o direito da oposição de representar aqueles com dos quais o Estado não está cuidando.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa ficou vermelho. Não sei se está corado de vergonha porque está sendo rasgado ou se é por cores de partidos que estão defendendo isto: enterrar os requerimentos aprovados. Mas como? Gostaria de saber. Que engenho é este de enterrar requerimentos aprovados? Quem sabe esse douto jurista, Dr. Arnaldo Silva, pode me explicar como se rasga um regimento de uma casa legislativa. Talvez V. Exa. possa me explicar, mas sei que é difícil. Depois vemos novamente as digitais desse governo do Pimentel, do PT. Onde eles passam deixam rastro. Não é mesmo, querida Goretti e lutadores lá do *shopping* popular? Eles estão sofrendo nas mãos desse Fernando Pimentel, pois foram tirados das ruas e jogados lá nos braços do companheiro dele, o Sr. Mário Valadares, que vem perseguindo vocês durante estes anos todos. Não é, D. Maria Goretti? Ela vem à Assembleia Legislativa lutar pelos direitos, porque Pimentel entregou os *shoppings* a Mário Valadares, mudando, inclusive algo tombado. Somos de Belo Horizonte e sabemos que o prédio da Cervejaria Antártica era tombado, mas ele conseguiu “destombar” e fazer o estacionamento. Ora, onde está o patrimônio histórico de Belo Horizonte? Belo Horizonte não é uma cidade histórica, mas é uma cidade com sítios históricos, como a Praça da Estação, ao longo do Arrudas, chegando lá na Cervejaria Antártica, onde está o *Shopping* Popular hoje, de onde essa trabalhadora foi escorraçada pelo Sr. Mário Valadares.

Estamos vivendo de novo, Dr. Arnaldo Silva, o tempo do cangaço, em que se retiram pelo cabelo trabalhadoras de *shoppings* populares, juntamente com seus direitos. Está um blá-blá-blá de previdência, e, ao mesmo tempo, vemos essas trabalhadoras e esses trabalhadores serem atingidos pelo Sr. Pimentel. Agora, com o seu capanga-mor, Sr. Mário Valadares.

Para finalizar, também gostaria de falar sobre um assunto que está me preocupando; aliás, comentei sobre isso hoje com o deputado Gustavo Valadares, na Comissão de Administração Pública. Fui abordado em um jantar no sábado, Dr. Arnaldo Silva, por pessoas que querem receber os depósitos judiciais. Onde está a OAB, Dr. Arnaldo Silva? Onde está a luta da OAB em favor da mulher, que está precisando da pensão alimentícia? Ela vai até o Banco do Brasil, mas não tem dinheiro. O governo não está depositando o dinheiro. Onde está a representação do incapaz? O dinheiro do incapaz não está depositado no Banco do Brasil. Que governo é esse?

Estamos chamando aqui o Banco do Brasil. O PT está depositando o dinheiro do incapaz? O PT está depositando o dinheiro da pensão alimentícia da mulher que foi abandonada com os filhos pelo marido? Tenho a honra de ter votado contra a excrecência de Pimentel e o PT meterem a mão no dinheiro do depósito judicial. Dinheiro sagrado, dinheiro sagrado da mulher abandonada, dinheiro sagrado do incapaz. Eles meteram a mão. Está lá o requerimento. Queremos ouvir o governo do Estado, queremos ouvir o Banco do Brasil.

Por fim, quero fazer justiça ao deputado Sargento Rodrigues. E aí falo de cadeira, porque o deputado Sargento Rodrigues tocava o meu partido, o PSDB, na Comissão de Segurança Pública. E abri mão para que o presidente fosse o deputado Sargento Rodrigues, porque ele é um lutador, um trabalhador pela segurança pública e pelos homens e mulheres que compõem a defesa social neste estado – policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes penitenciários. Ele é um lutador. Mas aí o que faz o governo? O que faz o Sr. Pimentel junto com os deputados do governo na Casa? Colocam o deputado Sargento Rodrigues de presidente da Comissão de Segurança Pública e colocam quatro deputados da tropa de choque do PT e do Pimentel. Eles acham que vão destruir o deputado Sargento Rodrigues? Que não vão aprovar os requerimentos do deputado Sargento Rodrigues? Querem enterrar os requerimentos já aprovados? Eles acham que vão atingir o deputado Sargento Rodrigues? Não, vão atingir a população de Minas Gerais, que hoje está entregue aos criminosos. Olhem o número de assaltos; olhem o número de roubos e homicídios no Estado de Minas Gerais. E o PT e o Sr. Pimentel querem calar a boca da Comissão de Segurança Pública da Assembleia; querem calar a boca deste lutador, deste trabalhador, que é o deputado Sargento Rodrigues. Não existe hora nem lugar para representar a população de Minas Gerais e cobrar segurança para a nossa população.

É lamentável o que está acontecendo na Assembleia Legislativa; é lamentável esse traço autoritário, ditatorial. Lembra aqueles anos de chumbo. Fazem tudo por decreto. Eu me lembro dos atos institucionais. Eu me lembro quando o meu pai, guarda-civil, chegou em casa e me disse: “O governo militar acabou com a Guarda Civil”. Com um ato institucional. O PT trouxe de volta para o nosso país, e para Minas Gerais especialmente, os decretos, os atos institucionais. Não vamos aceitar, vamos resistir. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Rogério Correia; Sra. Deputada Ione Pinheiro, que está aqui presente, como sempre; Srs. Deputados; senhoras e senhores; imprensa do nosso estado, o tema que vou abordar hoje da tribuna é com relação à saúde pública e a alguns problemas que estamos observando, algumas viagens que fiz nos últimos dois meses, por alguns consórcios. Mas antes eu gostaria de dizer que estamos vendo o Brasil ser mais uma vez sacudido. O povo está atordoado com as notícias dos últimos dias; com a grande imprensa, nos últimos dias, mostrando o que alguns frigoríficos fizeram com o povo brasileiro e com o nosso país. Os contratos, os convênios, os acordos internacionais do Brasil com a União Europeia, com a Ásia, com países da América do Sul, com países da Oceania e de várias outras regiões do mundo todo estão sendo automaticamente cancelados. Agora à tarde foi divulgado que a população da China, de Hong Kong, não aceita mais, não tem mais confiança na carne brasileira – na carne do frango, na carne bovina, na carne suína, deputado Doutor Wilson Batista. Isso significa nada mais, nada menos que o rompimento de contrato de quase US\$15.000.000.000,00 que o Brasil tinha com esses países.

O presidente Temer tem tentado, de todas as formas, de todas as maneiras, minimizar o problema, dizendo que são problemas pontuais. Mas estamos vendo grandes frigoríficos... O complexo industrial que tem talvez como principal frigorífico a Friboi, que muita gente diz que é do Lula, que é do filho do Lula – não importa de quem seja –, é o maior exportador de carne do Brasil. O País é, hoje, o maior exportador de carne do mundo. Estamos vivendo um caos.

Quem quiser avaliar os termômetros de tudo isso que estamos dizendo é só ir aos supermercados e aos açougues. A população está ressabiada de comprar carne para colocar na mesa e fazer o churrasquinho. E com razão. Não sei se foi uma trapalhada da Polícia Federal. Acredito que a Polícia Federal quis cumprir o seu papel, obviamente, porque houve denúncias de suborno de fiscais dentro do Ministério da Agricultura. Então a polícia, realmente, cumpriu o seu papel. Não sei se foi de forma exagerada, exacerbada, mas cumpriu o seu papel. Isso vai trazer um prejuízo muito grande.

Estou tocando nesse assunto, primeiro, porque acho que a carne é a mais importante proteína do prato do trabalhador e também para dizer que temos, em Minas Gerais, alguns frigoríficos exemplos para o Brasil e para o mundo todo. Por exemplo, a cidade de Nanuque, no extremo Leste de Minas Gerais, possui um dos mais importantes frigoríficos do nosso país, o Frisa, um frigorífico de qualidade internacional, um dos poucos que exporta carne para Israel e os países do seu entorno. Inclusive, existem técnicos de Israel que moram em Nanuque, que abatem reses de acordo com a tradição, a religião de Israel. O Frisa é um dos mais importantes frigoríficos que temos e está passando por dificuldades.

O boi vendido, em Minas Gerais, possui uma sobretaxa em relação ao vendido pelos estados limítrofes, como Bahia e Espírito Santo, e isso traz prejuízo. Até apresentamos à Casa uma solicitação para que o governo de Minas reconheça o esforço da família que detém a maioria das ações do Frisa, na pessoa de um grande brasileiro chamado Arthur Coutinho, capixaba. Solicitamos o título de cidadão mineiro a esse grande cidadão, que dá emprego direto a mais de mil e oitocentos trabalhadores. Hoje, o Frisa está abatendo cerca de mil e duzentas reses por dia. A sua grande meta, o seu grande alvo é a exportação para Israel, para os países árabes.

Estamos vendo que as coisas não podem ser dessa maneira, ou seja, generalizada. Parece que todo mundo errou. São quase quatro mil estabelecimentos que abatem gado, porcos e aves e exportam para o mundo todo. Estamos vendo que esses problemas pontuais, como disse o Temer, estão trazendo e vão trazer um prejuízo muito grande. Estima-se que milhares de empregos deixarão de existir. Se ninguém vai comprar a carne, se ninguém vai exportar mais, se a nossa carne perdeu a confiabilidade em países da Europa e da Ásia, como vai ser?

Vai haver desemprego. É necessário que mais esse *tsunami*, mais essa denúncia de propina, de comportamento ilícito de pessoas que deveriam estar olhando o produto, afiançando e fiscalizando os nossos produtos, seja apurado.

Queria manifestar a minha tristeza por isso estar sendo generalizado. Temos grandes frigoríficos em Minas Gerais, e, entre eles, cito o Frisa, da cidade de Nanuque, no Vale do Mucuri, uma cidade tão segregada pelos governos, uma cidade que está a 9km da divisa com a Bahia e com o Espírito Santo, que tem como vizinha a belíssima cidade de Carlos Chagas, onde há outro grande matadouro, outro grande frigorífico. Estamos vendo que, mesmo quem trabalha com responsabilidade, está sofrendo com mais esse abalo que ocorreu. Então faço um apelo ao governador Fernando Pimentel para assinar o decreto reconhecendo a cidadania de Dr. Arthur Coutinho como uma homenagem desta Casa, como uma homenagem de Minas Gerais ao esforço que esse capixaba, radicado em Minas Gerais, que tem sua família em Minas Gerais, que fornece 1.800 empregos ao Estado.

Quero também, presidente, trazer algumas considerações sobre as questões de saúde pública do nosso estado. Deputado Doutor Wilson, V. Exa. que estará comigo nos próximos dois anos à frente da Comissão de Saúde, nos meses de janeiro e fevereiro, tomei o cuidado de visitar 11 consórcios intermunicipais no Norte de Minas e na região do Jequitinhonha e pude constatar, ver, sentir – o deputado Antônio Jorge está aí, foi um grande secretário de Saúde de Minas Gerais – que os consórcios intermunicipais de saúde do Estado estão falidos e já não existem mais. Não há mais aquela integração dos municípios. Meu caro ex-secretário Antônio Jorge, eles estão falidos, primeiro, porque falta a coisa mais importante de que a saúde precisa, que é o apoio. São consórcios mal

estruturados, consórcios feitos, talvez, há alguns anos, há algumas décadas, e que hoje, com as mudanças que aconteceram, como o asfaltamento de uma cidade a outra, têm o desenho geográfico absolutamente defasado e modificado. É importante que o secretário percorra ou mande sua equipe percorrer os consórcios para poder ver a realidade de hoje.

Os hospitais estão sucateados. Não existe sequer um hospital de cidade de porte médio, cidade-polo, cidade de 50, 60 ou até 100 mil habitantes... Não conheço um hospital que esteja passando por um momento muito bom atualmente. Não conheço nenhum. Eles estão sucateados, não podem pagar sequer o custeio. A grande maioria desses hospitais é municipal, e a preferência é dada ao povo do município em que o hospital se localiza. Ele tem a missão de ser um hospital regional para atender o consórcio intermunicipal. E com razão, porque, com o que os hospitais estão recebendo hoje *per capita*, com o que estão recebendo para manter os seus serviços, não conseguem fechar o mês. Os hospitais estão um caos. Não conheço um hospital de cidade de porte médio que trabalhe de acordo com as determinações do SUS, que pague seus fornecedores ou receba corretamente seus pacientes. Na verdade eles estão um caos. Faltam veículos para o transporte de pacientes para a hemodiálise.

É um crime o que se comete com os pacientes renais crônicos, que muitas vezes têm de percorrer duas ou três vezes por semana 250km, 300km, para fazer hemodiálise. Depois de uma, eles voltam para suas casas e, após dois dias, começa novamente o calvário. Os municípios não têm veículos apropriados. É um crime que se comete contra esses pacientes, que estão debilitados, sofridos. Só quem é médico, quem é paciente de hemodiálise ou tem alguém na família que precisa da hemodiálise é que sente o sofrimento desses pacientes. Eles percorrem as estradas em carros pequenos, muitas vezes sem conforto nenhum, sem um ar-condicionado. Vão suando, sem poder ingerir líquidos, depois ficam três, quatro horas numa máquina de hemodiálise, e três dias depois começa novamente esse tratamento, que é o único tratamento que existe para eles. E as filas dos nossos transplantes não andam. O paciente do SUS, muitas vezes coloca seu nome na lista para transplante renal e morre antes de chegar sua vez.

Faltam transportes para os pacientes portadores de câncer, para fazerem as quimioterapias ou as radioterapias. São pacientes coitados, debilitados, e a prefeitura não tem uma *van*, não tem um carro com ar-condicionado. Muitas vezes, esse paciente é encaminhado de ambulância e, depois de um ano, essa ambulância já percorreu 200, 400 mil quilômetros. Essa é a realidade. Faltam medicamentos, não há remédios nos postos de saúde para serem entregues à população. Não há remédios nos hospitais para se fazer uma cirurgia. As equipes do Programa Saúde da Família estão incompletas. Às vezes, falta contratar uma enfermeira, uma atendente de enfermagem ou até mesmo um médico. Esse é o quadro da saúde pública do País e também de Minas Gerais.

Queria dizer que vamos amanhã à Comissão de Saúde, para fazer com que a comissão volte a trabalhar, para que tenha suas reuniões ordinárias e extraordinárias. Queremos aproveitar essa oportunidade para que possamos não só denunciar o caos, o sofrimento que se instalou na saúde pública de Minas Gerais, mas também para que possamos sensibilizar o governo federal, o governo do Estado para ajudar nossos municípios.

Amanhã, às 9 horas, convocarei os deputados Dr. Jean e Dr. Wilson, que estão aqui presentes, o nosso deputado decano, Bonifácio Mourão, que é membro desta comissão, e o deputado Geraldo Pimenta, para que possamos, nessa comissão, fazer um trabalho diferenciando, não só trazendo as denúncias, mas também ajudando a encontrar soluções, para que possamos minorar um pouco o sofrimento dos doentes do Estado de Minas Gerais.

Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Caro presidente Rogério Correia, companheiro, colegas deputadas, deputados, servidores desta Casa, público que aqui nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia, é uma satisfação imensa dirigir a fala às senhoras e aos senhores.

Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer aos nobres pares. Acabamos agora de realizar uma reunião da Comissão de Participação Popular, ocasião em que tive a felicidade de ser eleito seu presidente. Já tive a felicidade de ser o seu vice-

presidente no primeiro biênio. Viemos com muita simplicidade e humildade para a presidência desta comissão, que já teve como presidentes grandes nomes, como o companheiro André Quintão e a companheira Marília Campos. Também viemos com muita determinação e o sentimento de alguém que viveu e vive numa das regiões onde a participação popular é muito forte, o sentimento de alguém que ouve as pessoas, que vai até onde elas estão, nas comunidades, nos distritos, na zona rural, nas associações, e ouve ainda prefeitos, vereadores, lideranças e, sobretudo, o povo. Acho que a comissão tem o papel de empoderar as pessoas para que elas participem efetivamente. Peço a colaboração de todos os companheiros. A comissão está aberta para que todos possam colaborar na efetividade dos trabalhos.

Sr. Presidente, acabo de chegar da Cidade Administrativa, onde participava de uma reunião com o secretário de Estado de Segurança Pública, Sérgio Barboza Menezes; o assessor militar da Secretaria de Segurança Pública, Cel. Giovanni Gomes; o assessor do Corpo de Bombeiros, Cap. Tresinari; o assessor da Polícia Civil, André Pelli; o prefeito da cidade de Divisa Alegre, Marcelo Olegário Soares; o vice-prefeito, David Pereira; e o vice-prefeito de Coronel Murta, Rômulo Murta.

Na semana passada, fiz uso da palavra nesta tribuna e trouxe ao conhecimento de todos a questão da segurança pública, especificamente na Região do Vale do Jequitinhonha, que vem sendo vítima constante da falta de segurança, ou, melhor dizendo, da sua ineficácia. Nós sabemos que esse é um problema em todo o Estado e em todo o País, mas eu aprendi que o quintal mais importante da vida é o da nossa casa. E aquele é o meu quintal. É por isso que trouxemos essa temática dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Já é do conhecimento de todos os assaltos a bancos, sequestros, crimes cada vez mais reinventados, algo que nem pensávamos que pudesse existir ali, com muito preparo dos criminosos.

Como sempre, digo que não venho aqui fazer um debate por fazer, para criticar simplesmente. Não devemos problematizar. Deputado Antônio Jorge, quando chego a uma reunião, e alguém fala que vai problematizar o assunto, fico com o pé atrás, meio assustado. Temos de procurar soluções, apesar de não sermos entendedores de segurança pública. Para cada problema enfrentado nós devemos buscar uma solução junto ao governo, independentemente de sermos da oposição ou da situação.

Nesse momento, vimos uma ação firme do governo do Estado, da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar. Está-se passando segurança para as pessoas daquelas cidades, para as pessoas da região. Ainda permanece lá a força-tarefa, especialmente na cidade de Itaobim, mas atendendo a toda a região. Ficamos felizes – pode não parecer muita coisa – quando as pessoas mandam foto do Bope, do helicóptero na região. Alguém pode pensar que é algo pequeno, mas só quem sente na pele sabe a importância de ter ali a segurança, entende a questão subjetiva de termos alguém na rua olhando por nós.

Sabemos, deputado Gilberto Abramo, de toda a situação que vivemos. O senhor, que é votado na região, sabe a dificuldade que é mandar delegado para aquela região. Disse aqui que é mais fácil, às vezes, tirar delegado de lá do que mandar para lá; é mais fácil as pessoas quererem ir trabalhar no Sul de Minas ou no Triângulo Mineiro. Vemos, às vezes, que, quando efetuamos um trabalho, aparecem muitos dos chamados papagaios de pirata. Já vi, inclusive, o senhor ser vítima disso. Antes não havia ação tão efetiva no momento em que mais se precisava. Também não tínhamos deputado lá. Algumas coisas começam a acontecer, deputado Rogério, e há alguém que tenta creditar a outros a situação ou a ele próprio. Dizem assim: “Está acontecendo em função disso; é uma política de governo”. Vem outro dizendo que foi ele que conseguiu. Deputado Gilberto, na cidade de Medina, envolvendo inclusive o meu nome e o de V. Exa., vimos pessoas dizendo terem conseguido determinada obra de tantos milhões para lá, conseguido levar o helicóptero da Polícia Militar para lá. É por isso que ressalto a importância de ir onde as pessoas estão.

Mais uma vez parabeno aqui o Cel. Marcelo Fernandes. Temos de aproveitar esses momentos para fazê-lo. Quero dizer a algumas pessoas, que talvez não tenham conseguido reunião com ele no momento solicitado, que isso ocorreu porque ele estava em campo, foi ver o problema. Nunca tinha visto isso. Talvez já tenha acontecido, mas nunca tinha visto um coronel entrar com seus policiais na viatura e ir ver o problema onde ele está ocorrendo. Entrei na viatura junto com ele, e fomos a várias cidades. Depois que aconteceram os crimes em Coronel Murta, eu estive lá. Aliás, não só depois, antes também. Após terem ocorrido em Padre Paraíso,

também estive lá, bem como em Divisa Alegre e em Medina. A todas as cidades onde somos solicitados e o problema acontece, ou mesmo quando não somos solicitados ou provocados, vamos. A ação do governo junto com as nossas solicitações foram rápidas e estão sendo efetivas, mas espero que não seja passageira.

Da reunião de hoje, muito produtiva por sinal, quero agradecer ao secretário de Segurança Pública, Sérgio Barboza Menezes. As pessoas que me acompanharam, prefeito, vice-prefeito, saíram de lá muito felizes pelo fato de serem ouvidas, de participarem, de sugerirem as suas ideias.

Quero dizer que venho aqui, sim, muitas vezes expor as minhas críticas, mas quero também dizer que acredito neste governo, deputado Rogério. Acredito. Se já demos respostas poucos dias antes de os fatos ocorrerem, tenho certeza de que respostas mais efetivas virão. Alguns sobem à tribuna e falam de orçamento, que houve corte, como se simplesmente empenhar fosse o importante, não olhando a questão financeira.

A situação não está somente em dígitos, em atribuir valores, está efetivamente no valor que chega lá. Para ser mais efetivo, deputado Tadeu, mesmo com o pouco que temos, precisamos realizar mais e melhor.

Discutimos sobre a questão da regionalização do concurso. Apresentamos um projeto nesta Casa para regionalizar o concurso. Não tem sentido, deputado Antônio Jorge, a pessoa escolher para onde vai fazer o concurso, ser destinada a Itaobim e, quando chegar lá, resolver que é melhor ir para o Sul de Minas. É evidente que todo mundo quer ficar perto da família. Eu também quero. Toda sexta-feira saio daqui para ficar lá, mas nem sempre fico junto da família, pois rodo as cidades e retorno na segunda. Nem por isso pedi que a Assembleia fosse para o Vale do Jequitinhonha. A função de cada um de nós é ir às nossas bases. Temos de discutir a regionalização dos concursos. É importante não só regionalizar, mas que a pessoa possa escolher a cidade para onde fará o concurso e ficar um período lá.

Outra questão importante que devemos discutir e provocar no governo é a periodicidade dos concursos públicos em algumas áreas. Devemos ter coragem de discutir isso, entendendo o momento da crise. E que se possa também – por que não? – transformar em lei que haja imediatamente um concurso público quando o número de policiais na rua estiver diminuindo. Sei que estamos bem abaixo disso, mas, no momento em que estivermos 10% abaixo do ideal, que seja realizado um concurso público, independentemente de ter havido concurso há um ou dois anos. Volto a dizer que entendo o momento de crise, mas, se não discutirmos essas questões, nunca avançaremos e precisamos avançar cada vez mais.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para um fato histórico que aconteceu neste domingo, mas que infelizmente a Rede Globo não mostrou, os outros órgãos de imprensa não mostraram. Presenciamos algo histórico: a inauguração popular das obras do São Francisco, que alguns podem debater e nós compreendemos. Engraçado que hoje de manhã, deputado Antônio Jorge, a Rede Globo fez uma reportagem mostrando os pontos negativos. Disse que a transposição, deputado Rogério Correia, não resolveu o problema da seca. Mas ela nunca vai resolver o problema da seca. A seca sempre vai existir. Será que a Rede Globo não sabe disso? A seca sempre vai existir. É preciso negociar com São Pedro o problema da seca. Mas temos como avançar cada vez mais na convivência com a seca. Venho de uma região em que o povo tem essa *expertise*, um povo que sofre a cada dia, mas tem avançado na convivência com a seca.

Na semana passada, quando o presidente esteve lá, quando alguns outros senadores, que aliás eram contra a transposição, estiveram lá, a Rede Globo, deputado Rogério Correia, no outro dia não mostrou nada, mas acho que se assustaram com o rio, com a multidão de pessoas, com o povo que estava lá no São Francisco, na inauguração das obras na Paraíba, em Monteiro. Gostaria de parabenizar cada um dos que estiveram lá, parabenizar o presidente Lula e parabenizar a presidenta Dilma. Na verdade, o que faltou muitas vezes naquela região não foi água, foi vergonha na cara de muitos políticos.

Isso sim faltou muitas vezes naquela região, como falta em várias regiões; faltava alguém. Para alguns, é muito fácil ser contra; para alguns é muito fácil bater, já que nunca carregaram lata d'água na cabeça, nunca conviveram com a seca. Para alguns

também é muito fácil dizer que foram eles que conseguiram isso para o Vale do Jequitinhonha ou para o Vale do Mucuri, porque eles nunca passaram pela situação por que passamos.

Meus amigos, é preciso vivenciar algo, é preciso sentir algo, ouvir mais as pessoas, ir mais aonde elas estão. Só vivenciando que as pessoas sabem, como foi o caso da transposição do Rio São Francisco; só sofrendo com a seca – como o presidente Lula sofreu na pele e teve que largar a região que ama para ir para São Paulo – para colocar em prática algo que, desde o Império, pensava-se em fazer. Mas foi preciso alguém que vivenciou para colocar isso em prática.

Estão de parabéns todos aqueles homens e mulheres que fizeram a sua parte. Ainda temos que avançar muito, porque, se colocarmos um rio em cada cidade, ainda assim vai existir a seca, deputado Antônio Jorge, ainda vamos ter que aprender a conviver com a seca sem acabar com ela. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 27/3/2017, Alessandra Maria Sporch Filgueiras, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 27/3/2017, Camila Lopes Freire, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Denyse Rabelo Costa, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

exonerando Euciléia Sant'Ana Franco Vieira, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

exonerando, a partir de 27/3/2017, Jose Henrique de Sousa, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

exonerando, a partir de 27/3/2017, Maria José Diniz Scofield, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Pedro Henrique Vieira Cirino, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando, a partir de 27/3/2017, Tânia Mara Dornelas Pereira, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Alvaro Mariano Junior, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa;

nomeando Ana Letícia Pires de Sousa Costa, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Felipe Douglas Prado de Freitas, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

nomeando Gisele Damasceno Silva, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Grazielli Luzia Magalhães Nascimento Martins, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas Melhor da deputada Rosângela Reis;

nomeando Inácio Andrade Filho, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Jose Henrique de Sousa, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais do deputado Luiz Humberto Carneiro;

nomeando Leandra Benedita Ribeiro e Souza, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Maria da Conceição Resende Maia, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Nilson Ribeiro de Almeida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Minas Melhor do deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Rafaela Correa de Oliveira, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 16/2017**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 033/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/4/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de vacinas influenza inativadas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 72/2016**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Consórcio AZ3 e Fazenda Comunicação. Objeto: prestação de serviços de publicidade. Objeto do aditamento: inclusão do CNPJ do Consórcio. Vigência: a partir de sua assinatura.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 18/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Interact Solutions Ltda. Objeto: serviços de suporte e atualização de uma licença do *software* Interact SA-Performance Manager Server e de 10 licenças do *software* Interact SA-Performance Manager Client; e 500 horas de serviços técnicos para o Interact SA-Performance Manager. Objeto do aditamento: quarta prorrogação parcial (somente dos serviços descritos nas subcláusulas 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5 do contrato), com reajuste de preços. Vigência: de 19/3/2017 a 18/3/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 27/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de ar condicionado, incluindo sistemas informatizados e automação, equipamentos e instalações. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: a partir de 15/5/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 36/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Reformalar Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenção corretiva e reforma de mobiliário, com fornecimento de peças, acessórios, partes de móveis e demais componentes necessários à perfeita execução dos serviços. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 18/3/2017 a 17/3/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATAS****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.833/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/3/2017, na pág. 28, nas assinaturas, onde se lê:

“Leonídio Bouças, presidente – Hely Tarquínio, relator – Roberto Andrade – Bonifácio Mourão – Isauro Calais”, leia-se:

“Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais, relator – Roberto Andrade – Bonifácio Mourão – Hely Tarquínio”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/3/2017, na pág. 30, onde se lê:

“exonerando Felipe Douglas Prado de Freitas”, leia-se:

“exonerando, a partir de 27/3/2017, Felipe Douglas Prado de Freitas”.

E, na pág. 31, onde se lê:

“Edson Peres da Silva”, leia-se:

“Edson Gonzales Peres da Silva”.